

COMO PT E MDB GASTAM SEUS RECURSOS DERIVADOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Letícia Zanatta Bonaccorsi¹

Resumo

Considerando o fato de que os partidos políticos brasileiros são financiados substancialmente por um fundo público desde a compreensão de como eles estão gastando essa verba se uma pauta importante. Movido por isso, o presente trabalho busca compreender como acontece a distribuição de recursos dentro da instituição partidária. Para isso, serão analisadas, de forma ilustrativa, duas agremiações partidárias brasileiras que são muito divergentes quanto a formação e sistematização: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (P)MDB. O PT é ideologicamente de esquerda e tem muitas características do que a literatura conceitua como próximo do modelo ideal de “partido de massas” enquanto o MDB pode encaixar-se, em alguma medida, no modelo catch-all. Tendo essa conceituação em mente, analisaremos os gastos tendo como base a tipologia proposta no trabalho de Roeder (2020) que categoriza as diferentes formas desse fluxo de recurso, considerando o Fundo Partidário instituído pela lei 9.096/1995 e as doações externas. A análise tem como recorte de tempo o período de 1996 a 2015, contemplando o período de disponibilização dos gastos partidários por parte do Tribunal Superior Eleitoral. Serão analisados os gastos derivados dessa forma de recurso de ambas as instituições e a partir disso será feita uma categorização quanto a tipificação do dispêndio contemplando quatro eixos básicos: gastos com estrutura, formação ideológica, gastos eleitorais e contratação de técnicos. Considerando a forma com que PT e MDB se comportam e buscando compreender se a literatura se confirma no que diz respeito ao previsto para sua forma de despender seus recursos. Verificamos a alocação de seus recursos e constatamos os maiores enfoques dados por cada agremiação e na sequência podemos compará-las.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Financiamento Partidário, Despesas Partidárias, Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

1. INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são organizações centrais na democracia, em especial na representativa. Assim, sua consolidação nas sociedades pode estar diretamente ligada com a manutenção de um sistema democrático. Em resumo, os partidos são os responsáveis por apontar candidaturas políticas, compor governos, captar demandas sociais, fazer a ligação entre a sociedade e o Estado. No Brasil, também são essenciais para o funcionamento do sistema eleitoral, uma vez que não é possível participar de uma competição eleitoral de forma independente. No entanto, isso não significa que

¹Graduada em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela Universidade Federal do Paraná, e-mail: letticia.bonaccorsi@gmail.com, ORCID: orcid.org/0000-0002-5561-0362.

estas sejam instituições fortes por aqui. A Ciência Política vem estudando a relevância, a força, a organização e a manutenção dos partidos políticos em todo o mundo, a fim de compreender como instituições nesse formato se mantêm tão importantes mesmo com tantas mudanças.

Um dos pontos de destaque, é a forma com que esses partidos se organizam (ALCÁNTARA e FREIDENBERG, 2001; TAVITS, 2012). Robert Michels (1982), é precursor com seu trabalho “Sociologia dos Partidos Políticos”, um estudo sobre o funcionamento da estrutura interna dos partidos e seus fenômenos políticos e com isso podemos pensar no seu caminho conjunto com o aprimoramento das democracias. Desde as estruturas que compõem o partido, quem são seus apoiadores, como líderes são escolhidos, listas de candidatos montadas, comunicação manipulada, relação com a sociedade estabelecida, diversos são os aspectos que possibilitam análises. Mas uma questão pouco debatida, particularmente no Brasil, é a forma com que esses partidos estão gastando dinheiro e é nesse sentido que esse trabalho busca contribuir.

É consenso que dinheiro está diretamente ligado a poder, em qualquer nicho da sociedade. Não seria possível ser de outro modo na lógica capitalista. Dentro das organizações partidárias isso não é diferente. Adicione-se a isso, o fato de que os partidos políticos brasileiros são financiados substancialmente por um fundo público desde a primeira legislação que regulamenta essas agremiações, com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965, e a compreensão desses gastos se torna ainda mais relevante (BOLOGNESI, 2016; ROEDER, 2020; RIBEIRO, 2008, SCHAFER, 2017). O objetivo deste trabalho é, portanto, entender como alguns partidos políticos brasileiros estão gastando seus recursos e como isso se relaciona com a dinâmica organizacional destas agremiações. Para isso, serão analisadas, de forma ilustrativa, duas agremiações partidárias brasileiras que são muito divergentes quanto a formação e sistematização: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (P)MDB. O PT é ideologicamente de esquerda e tem muitas características do que a literatura conceitua como próximo do modelo ideal de “partido de massas”: oriundo de movimentos sociais, com um eleitorado fiel e uma organização forte (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; AMARAL, 2013; SAMUELS, 2004; 2008). Já o MDB pode encaixar-se, em alguma medida, no modelo catch-all, é fruto do bipartidarismo da ditadura militar, iniciando como oposição ao governo ditatorial, mas ganhando novos moldes no período de redemocratização, com uma estrutura dispersa pelo país (MELHEM, 1992; FERREIRA, 2002; SOARES, COLOMBO E TAUIL, 2016). A partir de uma revisão da literatura encontrada sobre esses partidos, temos uma visão sobre como eles são e podemos inferir algumas formas de gastos, como uma preocupação com

a manutenção da doutrina, em partidos de massa, ou uma atenção especial aos períodos eleitorais, em partidos catch-all.

Tendo essa conceituação em mente, analisaremos os gastos tendo como base a tipologia proposta no trabalho de Roeder (2020) que categoriza as diferentes formas desse fluxo de recurso, considerando o Fundo Partidário instituído pela lei 9.096/1995 e as doações externas. A análise tem como recorte de tempo o período de 1996 a 2015, contemplando o período de disponibilização dos gastos partidários por parte do Tribunal Superior Eleitoral. Considerando a forma com que PT e MDB se comportam e buscando compreender se a literatura se confirma no que diz respeito ao previsto para sua forma de despender seus recursos. Em tese, o PT como uma agremiação que se aproxima ao modelo de partido de massas pelo que diz a literatura, teria seus gastos voltados à manutenção de sua doutrina (DUVERGER; 1970; NASSMACHER; 2009), enquanto o MDB como catch-all, deveria gastar mais seu dinheiro nos períodos de eleição para eleger mais candidatos (KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005; NASSMACHER, 2009). Verificamos a alocação de seus recursos e constatamos os maiores enfoques dados por cada agremiação e na sequência podemos compará-las. Essa análise tem relevância tanto em seu objetivo de entender em alguma medida os fluxos de poder decorrentes do dinheiro que são possíveis a partir dos gastos partidários e confirmar as previsões de como eles seriam a partir da categorização dos partidos apontadas pela literatura, assim como compreender a importância real do financiamento público, verificando quanto ele representa do que esses partidos têm de recursos.

2. COMO FORAM DEFINIDOS OS MÉTODOS

Como já dito anteriormente, o Fundo Partidário é um recurso estatal fornecido para a manutenção das estruturas partidárias no Brasil. A existência desse fundo está diretamente ligada à regulamentação dos partidos, desde o início de sua formação no Brasil no período da ditadura militar. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965 foi a primeira a regulamentar o fundo, definindo as cotas que deveriam ser destinadas às partes do partido (BRAGA & BOURDOUKAN, 2009). Em 1995, quando foi publicada a lei n. 9.096, a Lei dos Partidos Políticos, é definida a organização dos partidos da maneira vigente até hoje, estruturando sua função e funcionamento. Além disso, ela passa a definir em alguma medida como o fundo partidário deve ser empregado, como as secretarias de mulher e a necessidade de investir em institutos educacionais. Como vem se constatando, os partidos estão cada vez mais dependentes desse recurso após o fim do financiamento empresarial em especial

(BOLOGNESI, 2016; ROEDER, 2020; SCHAEFER, 2017), apontando para o destaque desse recurso na existência dos partidos políticos na sociedade brasileira.

As despesas partidárias têm se tornado objetos de estudo apenas mais recentemente no Brasil dada a dificuldade em encontrar esses dados. Os gastos dos partidos políticos encontram-se em documentos chamados “*Demonstrativos de receitas e despesas*” que fazem parte do documento maior que os partidos devem entregar ao TSE incluindo todos os dados anuais de recebimento e dispêndio de dinheiro de cada partido. Os partidos políticos já devem prestar contas desde 1988, mas é só com regulamentação posterior dessas agremiações na Lei 9.096/1995, que é definida uma padronização da entrega desses documentos. Inicialmente eram entregues presencialmente no TSE, documentos físicos com mais de mil páginas em que os partidos descreviam suas despesas. Até 2017, a prestação de contas não possuía versão online e portanto, o acesso era muito mais complexo. Foi só a partir deste ano, que o tribunal instituiu o Sistema de Prestações de Contas Anuais (SPCA), tornando essa prestação de contas um mecanismo online e menos moroso (ROEDER, 2020). Houve também a digitalização dos processos anteriores a esse período e sua integração ao site, mas a versão online só conta com os informativos de gastos a partir de 2007 até 2020.²

Tendo os trabalhos de Roeder (2019; 2020) como norteadores da coleta de dados, o período escolhido para a análise tem como requisito o alinhamento das normas de prestação de contas. O recorte adotado tem relação com essa regulamentação da prestação de contas pelo tribunal em 1996. Já o limite da análise se deve ao fato de 2015 ter sido o ano final da possibilidade de financiamento de pessoas jurídicas aos partidos. Mesmo com a homogeneidade de regras, os dados estão alocados em lugares distintos, de 2007 a 2015 os dados estão disponíveis na plataforma online do TSE, já os anteriores a 2007 foram coletados presencialmente na sede do tribunal por Roeder (2020), que os disponibilizou para a execução deste trabalho. Esses dados foram então tabulados e categorizados pela autora, no entanto, para o presente trabalho utilizaremos do trazido por ela referente ao PT e ao MDB em nível nacional.

A partir disso, a compreensão da maneira com que os partidos irão gastar seu faturamento passa pela compreensão de uma tipificação dos gastos que essas instituições têm. Os primeiros a pensar na forma que os partidos gastam são James K. Pollock (1927), Louise Overacker (1932, 1937, 1939, 1941) e Alexander Heard (1960), buscando compreender as finanças dos partidos políticos nos Estados Unidos. Heard é o primeiro a tratar as despesas partidárias como “custos da democracia”. Mas é Arnold Heidenheimer (1963) que tipifica as finanças partidárias, ainda de forma inicial, mas

² Esse dado diz respeito à informação contida na plataforma do TSE até a finalização deste trabalho (julho de 2021).

com fim de comparação, como ele mesmo irá fazer, e comprova, que ao contrário do que previa Duverger (1970) não há um contágio pela esquerda no que diz respeito à diversidade no financiamento. Pinto-Duschinsky (1986) também aplica o exposto por Heidenheimer e verifica o desenvolvimento dos partidos no Reino Unido, compreendendo as fases da evolução partidária que cada país vivenciou.

No entanto, é o trabalho de Karl-Heinz Nassmacher (2009) que expande as análises de Heidenheimer e formula uma análise mais específica a partir de um indicador de gastos partidários, ele compara a quantidade de gastos de acordo com a economia local, possibilitando não só uma verificação mais precisa, como a replicabilidade em diversos cenários diferentes. Estes estudos concluem o já previsto, de que democracias mais consolidadas gastam menos para manter sua existência e funcionamento. O trabalho de Nassmacher (2009) por ser mais recente e minucioso, aponta e explica os gastos dos partidos, mostrando como a elevação dos gastos partidários proposta pela literatura não tem só a ver com o esperado de publicidade ou atividade partidária, mas sim com um afastamento da realidade social. O que ele aponta é que o aumento dos gastos tem relação com o aumento do valor disponível e não com o acirramento da competição política. A questão centra-se na falta de voluntários e na necessidade de contratação de pessoal para a realização das funções relativas à vida partidária.

Com isso posto, podemos compreender como Roeder (2020) propõe fazer a tipificação dos gastos partidários para entender onde o recurso é alocado na atividade política e partidária a partir do trabalho de Nassmacher (2009). O autor alemão aponta para as diferenças entre as democracias europeias e a norte-americana, mostrando como os partidos focalizam a atividade partidária nas eleições e com isso gastam mais nesse sentido. O que Roeder (2020) irá propor para fazer essa distinção de formas de organização partidária é a categorização dos gastos das sedes nacionais dos partidos a partir de quatro tipos:

A partir do padrão de desenvolvimento dos partidos na teoria e as análises empíricas de gastos partidários, criamos as seguintes categorias: (i) gastos com estrutura partidária, (ii) gastos com técnicos e profissionais, (iii) gastos com formação político-ideológica; e (iv) gastos eleitorais. (ROEDER, 2020, p.88)

Esse modelo prevê a análise e categorização de todos os gastos do nível nacional do partido, como o salário dos funcionários aos gastos referentes à manutenção da sede do partido, contas de energia e água ao aluguel de espaço para eventos eleitorais, tendo dois objetivos finais de gastos: o da manutenção da estrutura e os gastos para eleições. Então, tendo a prestação de contas no

demonstrativo anual, os gastos expostos são analisados dentro de alguma das quatro categorias de gastos e então compreendidos dentro de um nível de ação.

Os gastos com estrutura partidária referem-se aos que objetivam a manutenção da organização, sendo permanentes como os salários e ordenados da equipe fixa, pagamentos de benefícios e impostos referentes a equipe, alimentação e estagiários; materiais de expediente, copa, cozinha, limpeza e higiene; serviços de luz, água, aluguel, telefonia e internet, condomínio, locação e compra de móveis; gastos de viagem, transporte, combustível, passagens, fretes; serviços como limpeza, cópias, cartórios, encadernações; despesas bancárias; pagamentos de impostos; transferência aos diretórios regionais e o com custos de alistamento dos filiados (ROEDER, 2020, p. 89). Esse é um tipo de gasto que tende a crescer com o afastamento dos filiados e a tendência à profissionalização dessas instituições.

Já os gastos com a formação política-ideológica são definidos pela própria organização proposta pelo TSE e são: custos com rádio e televisão em propagandas não eleitorais e eventos que tenham por fim a propagação da ideologia partidária; venda de produtos como jornais e revistas do partido; congressos e seminários partidários; criação e manutenção dos institutos de pesquisa e educação política (ROEDER, 2020, p. 89). Nesse último gasto, destacamos as fundações de pesquisa dos partidos, a Fundação Perseu Abramo do PT e a Fundação Ulysses Guimarães do MDB.

Os gastos eleitorais serão entendidos aqui como aqueles referentes aos gastos de campanhas, conforme prevê o plano nacional. Eles incluem os gastos com pessoal, aluguel de imóveis, rádio e televisão, pesquisas, propaganda e publicidade, transporte e viagens, material de consumo, serviços e utilidades da campanha; gastos de convenções partidárias para a definição dos candidatos; transferência de recurso aos comitês eleitorais, candidatos e diretórios para execução de atividades eleitorais (ROEDER, 2020). Nesse caso, o recurso pode ser movimentado de forma direta ou indireta com a finalidade de um possível resultado eleitoral melhor.

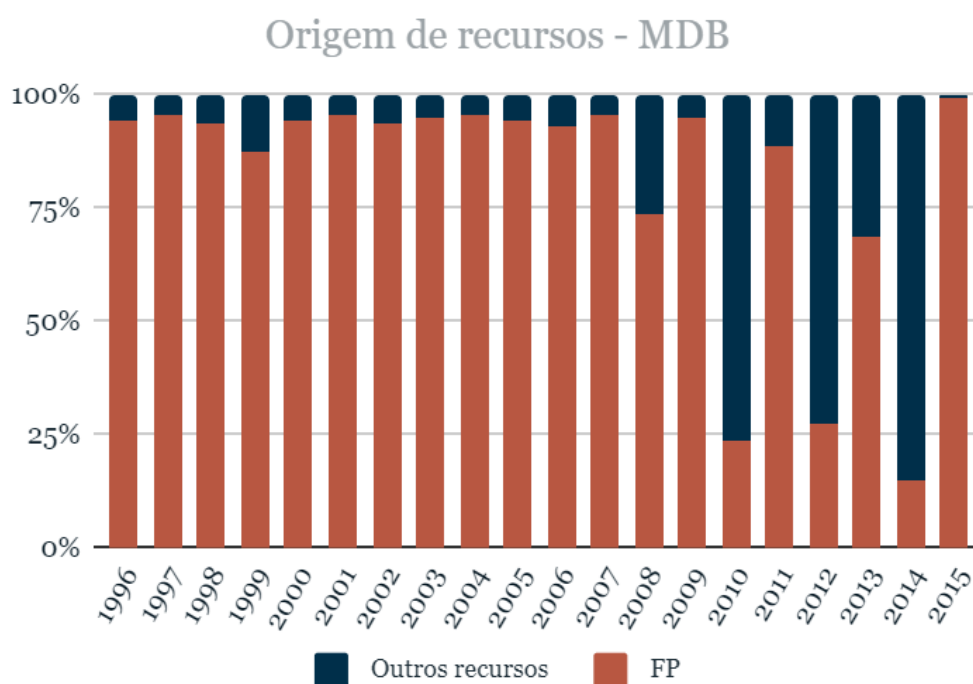
Considerados como gastos técnicos estão as movimentações para contratação de profissionais para atividades específicas mas que não necessitam de contratações permanentes. Essa despesa tem relação direta com a profissionalização apontada anteriormente por Panebianco (2005), que ilustra a necessidade dessas instituições em construir organizações mais elaboradas para atrair mais eleitores e não filiados. São assim nomeados os gastos com contadores, advogados, além de serviços de informática, consultoria, segurança e vigilância, além dos gastos com produções audiovisuais (ROEDER, 2020, p. 89).

3.RESULTADOS

Com isso posto, trazemos o referente ao recebimento e aos gastos desses dois partidos. No primeiro momento mostramos a diversidade da origem dos recursos considerando o fundo partidário e outras fontes que reúnem contribuições de filiados, de parlamentares do partido, doações de pessoas físicas, doações de pessoas jurídicas e outras fontes eventuais, como ações de financiamento ou vendas de produtos.

Iniciamos com o gráfico que compreende as origens dos recursos do MDB e depois seguimos para a do PT. Trazemos uma análise a partir do total de recursos recebidos em cada ano com a porcentagem que cada origem representa nesse total, como ilustram os gráficos 1 e 2.

GRÁFICO 1: Origens de Recursos do MDB no período de 1996 a 2015



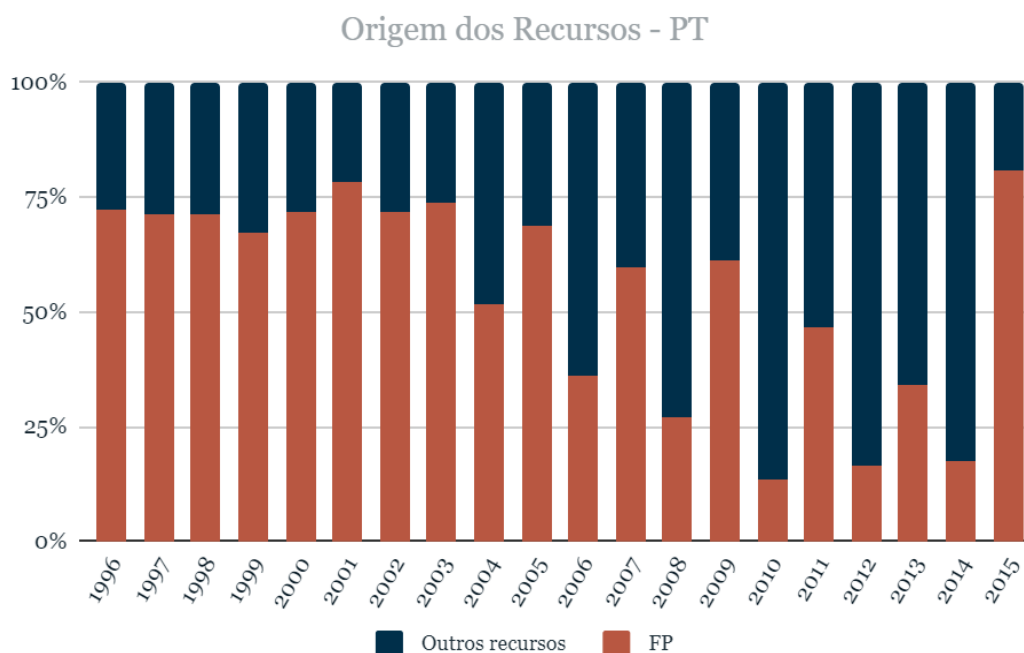
Fonte: Elaboração Própria a partir de Roeder (2020)

Os dados apontam para uma oscilação entre anos eleitorais, em que o recebimento externo sempre cresce reforçando a ideia da troca de interesses, ou seja, as grandes empresas investem mais para ter um retorno com a entrada do partido no congresso. A exceção é, no ano de 2015. A justificativa desse crescimento tão significativo é o fim do financiamento por pessoas jurídicas, o que, somado ao fato de não ser um ano eleitoral onde o recebimento dos recursos públicos, já ganha

relevância normalmente, marca o início de um período em que o fundo partidário torna-se mais vital para a manutenção dessa estrutura.

Outro ponto é que analisando todos os valores totais recebidos, 2010 marca o ano de explosão nos valores em reais recebidos. Este ano ocupa o terceiro lugar de maior recebimento pelo MDB do período analisado, com um total R\$ 194.728.472,79, ficando atrás de 2014 com R\$ 382.850.020,63 e de 2012 com R\$ 246.782.423,49. Até 2009 a média recebida era de R\$ 44.546.013,95, mas desde 2010 o menor valor é quase o dobro disso, com R\$ 89.301.447,03 em 2013.

GRÁFICO 2: Origens de Recursos do PT no período de 1996 a 2015



Fonte:Elaboração própria a partir Roeder (2020)

Podemos perceber que há um padrão nas inversões, um ano eleitoral, tanto em nível nacional quanto municipal, sempre tem mais financiamento privado que público, gerando sempre inversões dos valores. Mas isso, no caso do PT, não significa que o recebimento do fundo não seja relevante ao partido, no período analisado, ele representa uma média de 45,5% do que o partido recebe. Quanto ao ano de 2015, novamente se percebe como o fim do financiamento de empresas tem impacto significativo na arrecadação externa.

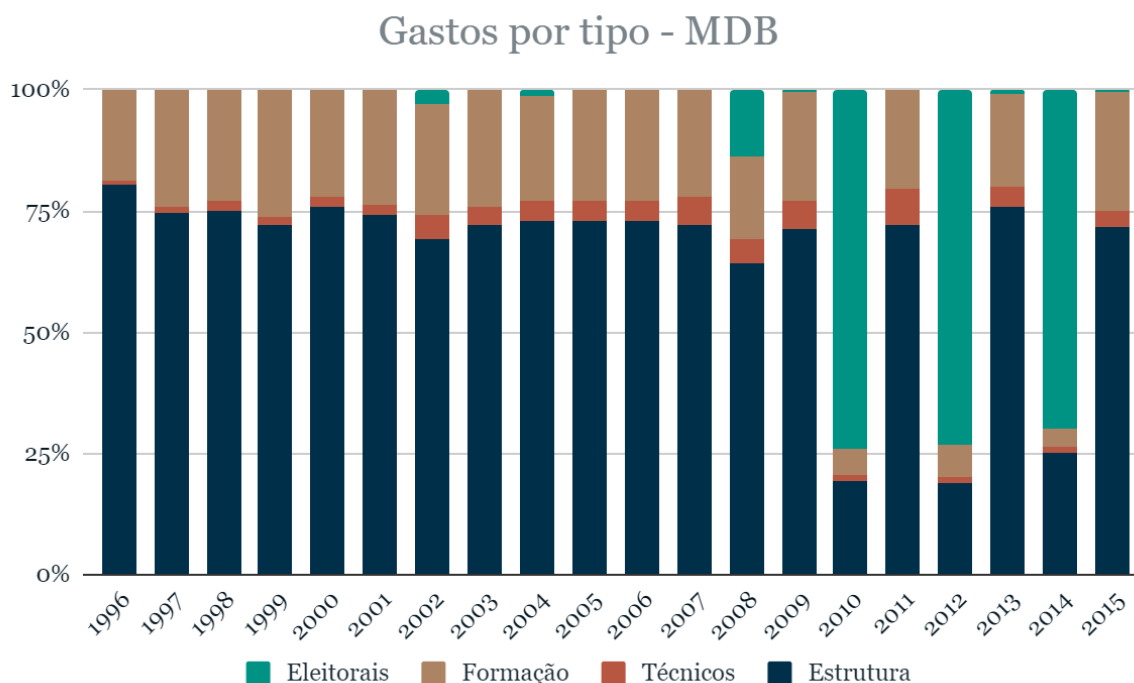
Quanto à quantidade de dinheiro recebida, é necessário apontar que o PT tem um recebimento que é crescente no decorrer do tempo. Sua média do período é de R\$ 145.562.007,60, no entanto, destaca-se que nos primeiros seis anos esse índice era de R\$ 40.522.463,92. É só a partir de 2003 que

passa a alcançar recebimentos maiores do que R\$ 75.000.000,00, chegando no ápice do recebimento em 2012, com R\$ 454.257.600,92.

A partir do exposto podemos perceber como o fundo partidário é essencial para esses partidos. Pode-se perceber como o PT (gráfico 2) tem uma dependência um pouco menor do fundo estatal quando comparado ao MDB (gráfico 1), mas que esse recurso é referente a uma média de mais de 50% do recebimento no período analisado. Já em relação ao MDB percebemos que na maioria dos anos, o financiamento externo foi bem menos significativo, apontando para uma relação muito próxima entre o fundo público e a sustentação da organização.

Com isso, a exposição dos gastos será feita tendo em vista a separação por categorias explicada anteriormente. Por conta da inflação diversa entre esses 20 anos analisados, os dados coletados tiveram de ser deflacionados, a referência para a deflação é de julho de 2020. Feito isso definimos as porcentagens que cada tipo representava no montante final e montamos os gráficos que seguem. Apresentamos os gastos em gráficos para cada partido, a fim de entender individualmente a porcentagem de cada gasto em cada partido.

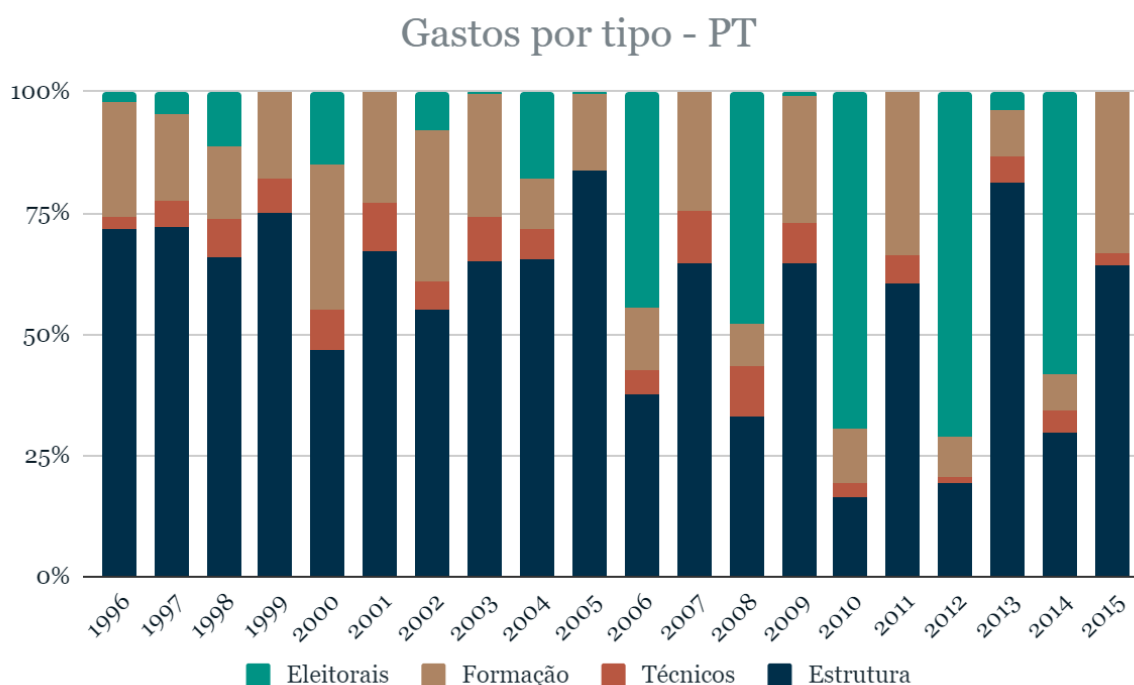
GRÁFICO 4: Gastos de acordo com o tipo do MDB



Fonte:Elaboração própria a partir Roeder (2020)

Com o gráfico 4 percebemos o quanto os gastos do MDB são semelhantes entre si na maior parte do período analisado. Notam-se dois padrões de comportamento. O primeiro entre 1996 e 2007 em que os gastos permanecem quase iguais entre os anos, não há muita preocupação com as eleições e as estruturas são as mais priorizadas. E o segundo em que ocorrem aumentos nas despesas de campanha nos anos eleitorais, mas na sequência esse tipo de gasto some e dá espaço para a retomada do cuidado com as estruturas, além da contratação de especialistas, além do retorno ao investimento em formação.

GRÁFICO 5: Gastos de acordo com o tipo do PT



Fonte:Elaboração própria a partir Roeder (2020)

4. CONCLUSÕES

A partir do exposto podemos perceber como o fundo partidário é essencial para os partidos. Porém, podemos colocar que acontecem em medidas diferentes para as agremiações. O PT (gráfico 2) tem uma dependência um pouco menor do fundo estatal, mas esse recurso é referente a uma média de pouco menos de 50% do recebimento no período analisado, o que se constata ao vermos que na maioria dos anos o fundo corresponde uma parte significativa dos recebimentos do PT. Já em relação ao MDB (gráfico 1) percebemos que na maioria dos anos, o financiamento externo foi bem menos

significativo, apontando para uma relação simbiótica entre o fundo público e a sustentação da organização.

As teorias utilizadas que categorizaram os partidos não se detém de maneira integral na forma com que eles recebem e gastam seus recursos. Esperava-se mais preocupação com a formação ideológica no PT, porém constata-se uma preocupação maior com sua estrutura em si e uma despesa eleitoral substancial. O que não significa dizer que o foco da formação não seja relevante neste partido, só um pouco menos explorado. A aproximação do modelo *catch-all* se apresenta na forma como seus recebimentos aparecem, a adesão de grupos distintos, em especial o empresariado. Se verifica e atesta com isso, em outro nível, o afastamento das pautas ideológicas extremamente marcadas que o partido tinha em sua origem e até mesmo a mudança de seu eleitorado, que até então se encaminhavam para uma centro-esquerda. O que se constata no caso do PT é a força que o financiamento empresarial ocupou na história recente, e aponta para a necessidade de análise de como está o financiamento do partido após o fim do apoio da iniciativa privada.

O MDB, por outro lado, ainda se mostra como um partido que abraça diversas correntes, tal qual era em seu início. Mesmo que tenhamos constatado que a partir de seus gastos e recebimentos, não seriam uma agremiação *catch-all*, no que diz respeito a seus numerários, continuam sendo muito diversos e essa ainda é uma organização difusa no país. Prova disso, é que só em 2018 participaram das eleições presidenciais com um candidato ao cargo, Henrique Meirelles, que não teve desempenho no cenário final, amealhando apenas 1,2% dos votos válidos no primeiro turno. Todavia, suas características enquanto partido cartel também são distintivas, já que constatamos a forte dependência do fundo público.

Dentre todos os tipos de gastos, conseguimos verificar a importância dada a manutenção das estruturas de ambos os partidos, reforçando como a organização é uma questão constante na vida partidária. Os gastos eleitorais que explodem nos anos de campanha criam um padrão nas duas organizações, mostrando como elas não têm um resultado tão efetivo em criar vínculos com o eleitorado antes das eleições, e acabam tendo que demandar muitos esforços nos anos eleitorais. Quanto aos gastos com formação, mesmo que eles sejam previstos por lei, nota-se que é uma preocupação que cresce em momentos pós-eleitorais. A preocupação constante com a contratação de técnicos, por sua vez, aponta para a confirmação da profissionalização que essas organizações ganham no decorrer do tempo, ainda que estes não sejam elevados, estarem sempre presentes apontam para essa preocupação do partido.

A partir disso, podemos inferir que a construção de uma agenda de pesquisa no tema passa diretamente pela análise a partir da mudança na legislação que impede o financiamento privado. Se já constatamos uma forte dependência do fundo partidário para a manutenção dessas agremiações mesmo com a possibilidade de recebimento de pessoas jurídicas, após 2015 a análise pode trazer resultados muito diferentes. É possível que constata uma cartelização ainda maior dessas agremiações, como vemos na receita do MDB no último ano deste estudo, ou um retorno às bases, que em alguma medida acontece com o PT com o crescimento da importância do recurso dos filiados no último ano. Dentro do cenário atual do Brasil, esses dois pontos irão se relacionar fortemente com as estratégias que os partidos terão que ter tanto para manterem suas estruturas quanto para participarem do jogo eleitoral.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, O. (2011) Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 1–44.
- BLUMENBERG, M. S. (2015). A comparative analysis of the spending structure of political parties. A comparative analysis of the spending structure of political parties. *Anais...Provençe: RC 20 PSA Meeting*.
- BLUMENBERG, M. S. (2013) *Ausgabenstrukturen Demokratischer Parteien im Internationalen Vergleich*. [s.l.] Verlag Dr. Kovač.
- Bolognesi, B., Costa, L. D., & Codato, A. (2016). A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil (pp. 1–27).
- BOLOGNESI, Bruno. (2016). Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do Fundo Partidário em 2016. *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, Curitiba*, v. 3, n. 11, p. 1-15.
- BRAGA, Maria do Socorro S.. BOURDOUKAN, Adla (2009). “Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, competição eleitoral e financiamento público”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, pp. 117-148
- BRASIL. Código Eleitoral - Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/sumarios/sumario-codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. LEI N. 9.096 de 19 de setembro de 1995. 1995.
- CAMPOS, Mauro Macedo. *Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil*. (2009). 237 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Ferreira, Denise Paiva (2002). *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa.
- FISCH, A. T. V. (2018). Como os candidatos gastam? Uma análise dos gastos de campanha para deputado federal de 2002 a 2014. 42o Encontro Anual da ANPOCS. *Anais*. Disponível em: <<http://e-journal.uajy.ac.id/14649/1/JURNAL.pdf>>
- HEARD, A. (1960). *The Cost of Democracy*. Chapel Hill NC: University of North Carolina.

- HEIDENHEIMER, A. J. (1963). Comparative Party Finance: Notes on Practices and Toward a Theory. *The Journal of Politics*, v. 25, n. 04, p. 790, 1963.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. (1994) How parties organize. p. 388, 1994.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, v. 7, n. 04, p. 753.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. (1993). The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, v. 14, p. 593–617.
- KECK, M. E. (1991) A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Editora Ática,.
- KINZO, M. D. G. (1988). Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966- 1979) São Paulo Vértice.
- KIRCHHEIMER, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349–385.
- KIRCHHEIMER, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. In: *political Parties and Political Development*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1966.
- MELHEM, C. S. (1998). Política de botinas amarelas, São Paulo, Hucitec/DCP-USP
- MELO, P. V. T. P. DE. (2013) O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel. p. 205.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989). PT: a formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra.
- NASSMACHER, K.-H. Structure and impact of public subsidies to political parties in Europe: the examples of Austria, Italy, Sweden and West Germany. In: *Comparative Political Finance in the 1980s*. [s.l: s.n.]. p. xii, 274 p.
- NASSMACHER, K.-H. (2009). The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies. Baden-Baden: Nomos.
- OVERACKER, L. (1941). Campaign Finance in the Presidential Election of 1940. *American Political Science Association*, v. 35, n. 4, p. 701–727.
- OVERACKER, L. (1937). Campaign Funds in the Presidential Election of 1936. *American Political Science Review*, v. 31, n. 03, p. 473–498, 2 jun..
- OVERACKER, L. (1939). LABOR'S POLITICAL CONTRIBUTIONS. *Political Science Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 56–68.
- OVERACKER, L. (1932). Money in Elections. New York: Macmillan.
- ROEDER, K. M. (2019). Com que os partidos gastam seus recursos financeiros? Uma proposta de tipologia de gastos partidários. 43º Encontro Anual da Anpocs SPG 20 Partidos e eleições. Caxambu, 2019.
- ROEDER, K. M. (2020). Dinheiro E Organização: Os Sentidos Das Mudanças Partidárias No Brasil (1996-2015). 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SCHAEFER, B. M. (2017). Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do fundo partidário?: evidências a partir das eleições de 2014. Newsletter: Observatório de Elites Políticas Sociais do Brasil, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 1-16.
- SOUZA, M. do C. C. (1976). Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. 1976
- TSE, T. S. E. Distribuição do FEFC 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-recalculo-do-fefc-para-as-eleicoes-2020-em-17-06-2020/rybena_pdf?file=http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-recalculo-do-fefc-para-as-eleicoes-2020-em-17-06-2020/at_download/file>.
- TSE, T. S. E. Distribuição do Fundo Partidário TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>>.

TSE, T. S. E. Resolução n. 19.768, de 17 de dezembro de 1996. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/1996/RES197681996.htm>>.